

Demonstrações financeiras

PK Cables do Brasil Indústria e Comércio Ltda.

31 de março de 2020 com Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras

Demonstrações financeiras

31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais Demonstrações do resultado	4
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Condomínio Centro Século XXI R. Visconde de Nacar, 1.440 14º andar - Centro 80410-201 - Curitiba - PR - Brasil Tel: +55 41 3593-0700 Fax: +55 41 3593-0719

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores PK Cables do Brasil Indústria e Comércio Ltda.

ev.com.br

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da PK Cables do Brasil Indústria e Comércio Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de março de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Empresa possui saldo de imposto de renda diferido ativo no valor de R\$27.447 registrados no balanço patrimonial conforme descrito na nota explicativa 12.a. A administração não avaliou em suas projeções de resultado futuro o efeito de adições e exclusões para formação do lucro líquido antes dos impostos para base de cálculo fiscal. Os registros históricos das apurações de imposto de renda da Empresa indicam que se a administração tivesse considerado o efeito das adições e exclusões sobre a base de cálculo do imposto em suas projeções, teria sido necessário o registro de uma provisão para perdas no valor de R\$ 16.872 sobre o imposto de renda diferido ativo da Empresa, consequentemente, o prejuízo líquido do período teria sido aumentado e o patrimônio líquido reduzido neste mesmo montante.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da PK Cables do Brasil Ltda. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foram examinadas por nós nem por outro auditor independente.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 29 de julho de 2020.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2\$P015199/F-6

Ana Andréa Iten de Alcantara

Contadora CRC SC-025678/O-3 T-PR

Balanço patrimonial Em 31 de março de 2020 e 31 dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$)

	Notas	31/03/2020	31/12/2018 (não auditado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	53.612	2.473
Contas a receber de clientes	5	20.016	66.763
Estoques	6	63.308	45.547
Adiantamentos a fornecedores		2.520	1.462
Impostos a recuperar	7	8.293	4.085
Outros ativos		751	219
Total do ativo circulante		148.500	120.549
Não circulante			
Impostos a recuperar	7	1.582	1.440
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	27.447	31.234
Depósitos judiciais	13	553	736
Ativo permanente			
Imobilizado	8	29.827	33.408
Intangível		141	243
Total do ativo não circulante		59.550	67.062
Total do ativo		208.050	187.610

Balanço patrimonial Em 31 de março 2020 e 31 dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$)

	Notas	31/03/2020	31/12/2018 (não auditado)
Passivo	2		
Circulante			
Fornecedores	9	42.658	29.540
Obrigações trabalhistas e sociais	10	7.902	7.987
Obrigações tributárias		41	1.962
Arrendamentos a pagar	12	2.377	-
Outras exigibilidades		2.828	1.355
Total do passivo circulante		55.806	40.844
Não circulante			
Partes relacionadas	11	106.952	91.016
Arrendamentos a pagar	12	692	-
Provisão para litígios	14	3.073	1.551
Total do passivo não circulante		110.717	92.567
Patrimônio líquido	15		
Capital social		325,443	325.443
Prejuízos acumulados		(283.916)	(271.244)
Total do patrimônio líquido		41.527	54.199
. eta. de patimiente inquide		41.027	54.155
Total do passivo e do patrimônio líquido		208.050	187.610

Demonstração do resultado

Período de quinze meses findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro 2018 (Em milhares de reais)

	Notas	01/01/2019 a	31/12/2018
		31/03/2020	(não auditado)
Receita operacional líquida Custo das mercadorias vendidas	16 17	473.497 (387.072)	281.989 (229.771)
Lucro bruto		86.425	52.218
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	17	(69.671)	(39.572)
Comerciais	17	(2.616)	(1.992)
Outras receitas operacionais, líquidas	17	16.531	5.675
Lucro operacional antes do resultado financeiro		30.669	16.329
Resultado financeiro, líquido	18	(38.218)	(18.524)
Prejuízo antes dos impostos sobre a renda		(7.549)	(2.195)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	13	(5.123)	(612)
Prejuízo do exercício		(12.672)	(2.807)

Demonstração do resultado abrangente Período de quinze meses findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro 2018 (Em milhares de reais - R\$)

	01/01/2019 a 31/03/2020	31/12/2018 (não auditado)
Prejuízo do exercício Outros resultados abrangentes	(12.672)	(2.807)
Total de resultados abrangentes do exercício	(12.672)	(2.807)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em 31 de março 2020 e 31 dezembro de 2018 (Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Prejuízo acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)	325.443	(268.437)	57.006
Prejuízo do exercício	•	(2.807)	(2.807)
Em 31 de dezembro de 2018 (não auditado)	325.443	(271.244)	54.199
Prejuízo do exercício		(12.672)	(12.672)
Em 31 de março de 2020	325.443	(283.916)	41.527

Demonstração do fluxo de caixa

Período de quinze meses findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro 2018 (Em milhares de reais - R\$)

	01/01/2019	31/12/2018
	a 31/03/2020	(não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(12.672)	(2.807)
Impostos diferidos	3.787	386
Depreciação e amortização	22.032	5.348
Provisão para litígios	1.522	1.551
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	233	(1.559)
Provisão para obsolescência	875	(1.002)
Variação cambial não realizada sobre mútuos	23.687	9.754
Juros sobre arrendamento	365	-
Juros sobre mútuos	6.408	5.992
Baixa de imobilizado e intangível	686	-
Baixa de provisão para perdas não recuperáveis	(5.455)	-
Ganho com venda de imobilizado	(3.187)	_
	38.281	17.663
Aumento/redução ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	40.545	45.000
Estoques	46.515	15.268
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	(18.636)	(11.208)
Adiantamento a fornecedores	(1.058)	(253)
Impostos a recuperar	(4.350)	(1.146)
Depósitos judiciais	183	56
Outros ativos	(532)	(1)
Fornecedores	13.118	1.211
Obrigações trabalhistas e sociais	(85)	1.095
Obrigações tributárias	(1.921)	(1.697)
Partes relacionadas	717	1.252
Outras obrigações	1.473	(2.223)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	73.704	20.017
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado e intangível	(15.847)	(13.988)
Venda de imobilizado	8.642	(13.300)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(7.205)	(13.988)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de arrendamentos	(484)	-
Pagamento de mútuos	(14.876)	(9.385)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(15.360)	(9.385)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	51.139	(3.356)
Caixa e equivalentes no início do exercício	2.473	5.829
Caixa e equivalentes no final do exercício	53.612	2.473
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	51.139	(3.356)

Notas explicativas às demonstrações financeiras Período de quinze meses findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

1. Contexto operacional

A PK Cables do Brasil Indústria e Comércio Ltda. ("Empresa"), com sede na Cidade de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Rodovia SC 301, 4.195, Bairro Fragoso, CEP 89294-000, tem como objeto social:

- a) Fabricação de materiais elétricos para veículos automotivos e outras peças destinadas à indústria automobilística e à produção de tratores, colheitadeiras, máquinas agrícolas e rodoviárias autopropulsadas;
- b) Prestação de serviços de consultoria a clientes para o desenvolvimento e aprimoramento da aplicação dos produtos fabricados ou comercializados pela Sociedade; e
- c) Participação no capital de outras sociedades, como acionista ou cotista.

Em 12 de dezembro de 2019 os sócios da Empresa aprovaram a proposta da diretoria de alterar a data de encerramento do exercício social da Empresa de 31 de dezembro para 31 de março, visando, desta forma, alinhar a data de encerramento de seu exercício societário com o exercício social do seu grupo controlador.

Continuidade operacional

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2018 os resultados da Empresa sofreram relevante impacto negativo. Esse impacto decorre devido à crise econômica ocorrida nos últimos anos a qual veio impactando na retração da indústria automobilística no Brasil. Em 2019 o setor automobilístico começou a apresentar uma melhora, porém devido ao COVID-19 houve novamente uma retração econômica desde março de 2020, a qual poderá atrasar o plano de melhora dos resultados da Empresa.

A Administração da Empresa está adotando diversas medidas para redução do custo operacional e maximizando esforços para participação no fornecimento de novos projetos junto com as montadoras para o atingimento do equilíbrio econômico-financeiro. Além disso, a Administração vem adotando as seguintes ações para amenizar os impactos do COVID-19 nas operações da Empresa:

- A Empresa vem realizando operações de adiantamento de duplicatas de clientes com os bancos para proteção do fluxo de caixa da Empresa;
- Redução da mão-de-obra direta e indireta para as linhas produtivas de clientes que apresentaram cortes nos volumes de produção;

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Período de quinze meses findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

1. Contexto operacional--Continuação

Continuidade operacional -- Continuação

- Suspensão do contrato de trabalho por 60 dias, conforme a MP 936, para as linhas produtivas de clientes que tinham o estoque alto e com volume de produção reduzido devido a pandemia;
- Redução da carga horária dos departamentos não relacionados a volume de produção, conforme determinado na MP 936;
- Negociações de descontos para todos os contratos de custo fixo (ex: Aluguéis) durante o período de Pandemia;
- Utilização dos benefícios cedidos pelo governo, como desconto do sistema S e postergações de pagamento de impostos;

Cabe ressaltar que o controlador PKC WIRING SYSTEMS OU possui alto comprometimento na viabilidade do negócio, reconhecido pelos aportes já realizados ao longo dos últimos anos e se compromete em continuar a realizar aportes para manutenção das operações da Empresa.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 29 de julho de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados pelo valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Período de quinze meses findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3 Principais políticas contábeis

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos e exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Devido à alteração do período de término do exercício social, mencionada na nota explicativa no 1, as demonstrações financeiras relativas a 31 de março de 2020 contemplam o resultado das operações da Empresa do período de quinze meses, compreendido entre 01 de janeiro de 2019 e 31 de março de 2020, não sendo, portanto, comparáveis ao exercício anterior.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Receita operacional

Venda de mercadorias

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Empresa, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Período de quinze meses findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3 Principais políticas contábeis--Continuação

d. Tributação

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições:

	Alíquotas
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7% a 18%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%
ISS – Imposto sobre serviços	2% a 5%
IPI	Isento

Na demonstração de resultados as receitas são apresentadas líquidas destes impostos. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

e. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Período de quinze meses findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3 Principais políticas contábeis--Continuação

f. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- Receita de juros;
- · Despesa de juros;
- Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos e perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 25%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanco.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Período de quinze meses findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3 Principais políticas contábeis--Continuação

g. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

h. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio ponderado.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Período de quinze meses findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3 Principais políticas contábeis--Continuação

i. Imobilizado--Continuação

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	7 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Móveis e utensílios	5 anos
Veículos	5 anos
Ferramentas	5 anos
Outros ativos	15-4 anos
Direito de uso	1-5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Instrumentos financeiros

A Empresa classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Empresa classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Empresa reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Período de quinze meses findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3 Principais políticas contábeis--Continuação

- j. Instrumentos financeiros -- Continuação
 - (i) Ativos e passivos financeiros não derivativos reconhecimento e desreconhecimento--Continuação

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Empresa em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidálos em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Período de quinze meses findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3 Principais políticas contábeis--Continuação

j. Instrumentos financeiros -- Continuação

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração--Continuação

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Empresa.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

k. Capital social

As quotas do capital social são classificadas como patrimônio líquido.

I. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Período de quinze meses findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3 Principais políticas contábeis--Continuação

I. Redução ao valor recuperável (Impairment)--Continuação

(i) Ativos financeiros não-derivativos--Continuação

- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência ou recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Empresa considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Empresa utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Empresa considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Período de quinze meses findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3 Principais políticas contábeis--Continuação

I. Redução ao valor recuperável (Impairment)--Continuação

(ii) Ativos não financeiros--Continuação

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

m. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 R2- Demonstração dos Fluxos de Caixa.

n. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

• CPC 06 (R2) Operações de arrendamento mercantil

Em vigor desde 01 de janeiro de 2019, o CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases. O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial.

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização dos arrendamentos financeiros conforme a IAS 17. A norma inclui duas isenções eletivas de reconhecimento para os arrendatários - Arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos que não apresentem uma opção de compra e que tenham prazos de arrendamento de 12 meses ou menos). Para estes, o arrendatário deve reconhecer os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento ou em outra base sistemática. O arrendatário deve aplicar outra base sistemática se essa base representar melhor o padrão do benefício do arrendatário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Período de quinze meses findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3 Principais políticas contábeis--Continuação

- n. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019---Continuação
 - CPC 06 (R2) Operações de arrendamento mercantil--Continuação

Arrendatários também devem remensurar o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos. O arrendatário deve reconhecer o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

Abordagem de transição

A Administração da Empresa optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos.

Impactos no balanço patrimonial

As contas patrimoniais sofreram alterações, pelo reconhecimento dos compromissos futuros originados dos contratos no escopo do arrendamento. Na adoção inicial o ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar ajustados ao valor presente. O saldo do ativo imobilizado arrendado (leasing) foi registrado no ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento mercantil financeiro foi incorporado pelo saldo de arrendamentos a pagar. Os impactos relevantes para a Empresa estão descritos nas Notas explicativas 8 e 12.

CPC 22 (IFRIC 23) Incertezas em relação a tratamentos tributários

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o Lucro (IAS 12 Income Taxes) quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda.

Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinadas como base nesta interpretação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Período de quinze meses findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3 Principais políticas contábeis--Continuação

- n. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019--Continuação
 - CPC 22 (IFRIC 23) Incertezas em relação a tratamentos tributários -- Continuação

Esta interpretação entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019. A Empresa não identificou impactos relevantes em suas demonstrações financeiras em decorrência da aplicação dessa interpretação.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Empresa requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo do valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos em exercícios futuros, são discutidas a seguir.

Impostos

Imposto diferido ativo é reconhecido para os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Período de quinze meses findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Impostos--Continuação

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Empresa constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Empresa.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

A Empresa reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Período de quinze meses findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 05 – Contas a receber de clientes (provisão para créditos de liquidação duvidosa);

Nota explicativa 08 - Imobilizado (vida útil e valor residual); e

Nota explicativa 14 – reconhecimento e mensuração de provisão para litígios: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Nota explicativa 18 - Instrumentos financeiros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2020	31/12/2018 Não auditado
Caixa e bancos	53.612	2.473
	53.612	2.473

O volume de recursos junto às instituições financeiras corresponde a créditos que serão utilizados pela Administração no giro financeiro operacional.

5. Contas a receber de clientes

	Nota	31/03/2020	31/12/2018 Não auditado
Contas a receber de clientes nacionais		95.314	89.967
Contas a receber de clientes nacionais - partes relacionadas	11	416	60
(-) Antecipação de recebíveis		(74.689)	(22.472)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(1.025)	(792)
		20.016	66.763

A antecipação de recebíveis (desconto de duplicatas) realizada pela Empresa não possui direito de regresso pela instituição financeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Período de quinze meses findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

5. Contas a receber de clientes--Continuação

A composição por vencimento (aging list) do contas a receber de clientes está apresentado a seguir:

	31/03/2020	31/12/2018 Não auditado
A vencer	93.928	86.868
Vencidos até 30 dias	782	1.407
Vencidos de 31 a 180 dias	111	1.278
Vencidos acima de 181 dias	909	474
	95.730	90.027

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no exercício foi a seguinte:

	31/03/2020	31/12/2018 Não auditado	
Saldo inicial	(792)	(2.351)	
Complemento da provisão	(2.571)	(2.742)	
Reversão da provisão	2.338	4.301	
Saldo final	(1.025)	(792)	

6. Estoques

	Notas	31/03/2020	31/12/2018 Não auditado
Matérias primas		44.043	32.240
Produtos em processo		9.125	6.210
Produtos acabados		7.439	4.609
Peças de reposição		3.036	2.165
Ferramentais		1.650	2.372
Estoque em trânsito – partes relacionadas	11	2.970	2.054
Outros		34	11
(-) Provisão para obsolescência		(4.989)	(4.114)
		63.308	45.547

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Período de quinze meses findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

6. Estoques--Continuação

A movimentação da provisão para obsolescência no exercício foi a seguinte:

	31/03/2020	31/12/2018 Não auditado	
Saldo inicial	(4.114)	(3.994)	
Complemento da provisão	(875)	(152)	
Reversão da provisão		32	
Saldo final	(4.989)	(4.114)	

7. Impostos a recuperar

	31/03/2020	31/12/2018 Não auditado
ICMS sobre ativo imobilizado	2.623	2.091
Impostos sobre produto industrializado - IPI	2.529	2.198
Impostos de renda	3.441	865
Contribuição social sobre lucro líquido	1.268	318
Outros	14	53
	9.875	5.525
Circulante	8.293	4.085
Não circulante	1.582	1.440
	9.875	5.525

Período de quinze meses findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado) Notas explicativas às demonstrações financeiras-Continuação

8. Imobilizado

a. Movimentação do custo e depreciação

	Edificações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Ferramentas	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizado em andamento	Direito de uso (i) e (ii)	Total
Custo ou avaliação: Em 1º de janeiro de 2018 -	'									
não auditado		43.167	4.469	9.659	363	1.583	1.038	1		60.279
Adições	•	11.262	1.069	565	•	57	169	1.137	1	14.259
Baixas	•	(155)	(100)	(11)	(91)			(256)		(619)
Em 31 de dezembro de 2018 -	•									
não auditado		54.274	5.438	10.207	272	1.640	1.207	881		73.919
Adições	•	8.924	1.462	924	•	17	971	1.281	5.188	18.767
Baixas	$(5.455)^*$	(544)	(298)	•		•	•	(310)	•	(6.907)
Baixa provisão para valor	5.455*								•	
recuperavel		•	•		•	•	•	•		5.455
Transferências	•	1.127	5		•	•	29	(1.191)	•	•
Em 31 de março de 2020	•	63.781	6.307	11.131	272	1.657	2.237	628	5.188	91.234
Depreciação: Em 1º de janeiro de 2018 —	,									
não auditado		(24.422)	(3.337)	(6.295)	(99)	(1.352)	(66)	'		(35.571)
Depreciação do exercício	٠	(3.828)	(442)	(694)	(99)	(113)	(103)	1	•	(5.246)
Baixas	•	134	94	1	. 67	. 1		,	•	306
Em 31 de dezembro de 2018	i								1	
 não auditado 		(28.116)	(3.685)	(6.978)	(65)	(1.465)	(202)	•		(40.511)
Depreciação do exercício	•	(15.717)	(077)	(2.456)	(99)	(98)	(329)	•	(2.239)	(121.662)
Baixas		200	266	•	1	•	1	•	•	992
Em 31 de março de 2020	•	(43.633)	(3.889)	(9.434)	(130)	(1.551)	(531)	•	(2.239)	(61.407)
Em 31 de março de 2020		20.148	2.418	1.697	142	106	1.706	661	2.949	29.827
Em 31 de dezembro de 2018 - não auditado		26.158	1.753	3.229	207	175	1.005	881	•	33.408

de Minas Gerais. O valor de R\$ 8.642 referente a alienação foi recebido integralmente pela Empresa dentro do próprio exercício e No exercício de 2019 foi realizada pela Empresa a venda do imóvel (conjunto industrial) situado na Cidade de Itajubá no Estado a baixa do ativo realizada integralmente durante o período (vide nota 17).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Período de quinze meses findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

8. Imobilizado--Continuação

b. Vida útil e valor residual

A Empresa realiza a revisão periódica quanto às estimativas de vida útil e valor residual das principais classes de seus ativos imobilizados.

c. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o período de 01 de janeiro de 2019 a 31 de março de 2020, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de recuperabilidade.

d. Direito de uso

Trata-se do impacto da adoção do CPC 06 (R2) vigente desde 01 de janeiro de 2019. Vide nota 2.3.

(i) Composição do direito de uso

Descrições	Vida útil (anos)	31/03/2020
Imóveis	2 à 5	2.337
Equipamentos de informática	1	133
Veículos	3	479
Total		2.949

(ii) Movimentação do direito de uso

Saldo em 31/12/2018	
(+) Adoção inicial - CPC 06 (R2)	5.188
Saldo em 01/01/2019	5.188
(+) Adição de direito de uso	
(-) Depreciação acumulada	(2.239)
Saldo em 31/03/2020	2.949

(iii) Durante o período houve adições de imobilizado que não afetaram o caixa da Empresa:

	31/03/2020
Adoção - CPC 06 (R2) - Arrendamentos	5.188
Total	5.188

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Período de quinze meses findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

9. Fornecedores

	31/03/2020	31/12/2018 Não auditado
Fornecedores mercado interno	38.823	27.026
Fornecedores mercado externo	3.626	2.412
Outros fornecedores	209	102
	42.658	29.540

10. Obrigações trabalhistas e sociais

	31/03/2020	31/12/2018 Não auditado
Provisão de férias e encargos	3.160	3.329
Provisão 13º salários e encargos	1.396	-
Provisão para gratificações e prêmios	1.141	2.583
Encargos sobre folha de pagamento – INSS	1.531	1.404
Encargos sobre folha de pagamento – FGTS	358	460
Outras obrigações com pessoal	316	211
	7.902	7.987

11. Partes relacionadas

	Natureza			
Ativos	da operação	Nota	31/03/2020	31/12/2018 Não auditado
MS 1001 - MOTHERSON SUMI SYSTEMS	Comercial	(i)	8	
MS 1002 - MOTHERSON SUMI SYSTEMS	Comercial	(i)	2	-
MS 1004 - MOTHERSON SUMI SYSTEMS	Comercial	(i)	6	
MS 1009 - MSSL MIDEAST FZE	Comercial	(i)	3	_
MS 1013 - MSSL WH SYSTEM THAILAND	Comercial	(i)	3	1
MS 1015 - MOTHERSON SUMI SYSTEMS	Comercial	(i)	1	-
MS 1018 - MGWL INDIA	Comercial	(i)	16	-
MS 1023 - MOTHERSON SUMI SYSTEMS	Comercial	(i)	33	-
MS 1025 - MOTHERSON SUMI SYSTEMS	Comercial	(i)	2	(-
MS 1041 - MSSL SBU1A	Comercial	(i)	26	-
PKC EESTI AS	Comercial	(i)	131	46
PKC GROUP LITHUANIA UAB	Comercial	(i)		8
PKC GROUP POLAND SP. ZOO	Comercial	(i)	2	5
PKC WIRING SYSTEMS LLC – SERVIA	Comercial	(i)	183	-
Total contas a receber		5	416	60
PK EESTI	Comercial	(i)	2.346	1.706
AEES INC	Comercial	(i)	37	.,,,,,
PKC POLAND	Comercial	(i)	245	3
PKC SEGU	Comercial	(i)	342	345
Total estoque em trânsito		6	2.970	2.054
Total ativo			3.386	2.114

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Período de quinze meses findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

11. Partes relacionadas -- Continuação

	Natureza			
Passivos	do	Note	04/00/0000	31/12/2018
1 4351705	da operação	_Nota_	31/03/2020	Não auditado
AEES INC	Comercial	(i)	84	
MS 1005 - MOTHERSON SUMI SYSTEMS	Comercial	(i)		3
MS 1008 - MSSL JAPAN LIMITED	Comercial	(i)	18	3
MS 1030 - MSSL GMBH	Comercial	(i)	10	4
PKC EESTI AS	Comercial	(i)	3.113	2.388
PKC GROUP LITHUANIA UAB	Comercial	(i)	7	307
PKC GROUP POLAND SP. ZOO	Comercial	(i)	320	
PKC SEGU SYSTEM ELEKTRIK GMBH	Comercial	(i)	448	15
Total contas a pagar	Comercial	(1)		556
Total contas a pagar			3.990	3.273
PKC WIRING SYSTEMS OU	Financeira	<i>(</i> ::)	400.000	
Total mútuo	rmanceira	(ii)	102.962	87.743
Total mutuo			102.962	87.743
			106.952	91.016
	Natureza			31/12/2018
Resultado	da operação	Nota	31/03/2020	Não auditado
MSSL MIDEAST (FZE)	Comercial	(i)	2	
MOTHERSON SUMI SYSTEM LTD.	Comercial	(i)	220	42
MOTHERSON - MSSL - MS1012	Comercial	(i)		139
MOTHERSON - MSSL - MS1001	Comercial	(i)	67	100
MSSL WH SYSTEM THAILAND CO LTD	Comercial	(i)	2	1
PKC EESTI RM	Comercial	(i)	440	149
PKC SERVIA – MP	Comercial	(i)	17	149
PKC POLAND	Comercial	(i)	46	-
AEES INC	Comercial	(i)	46	68
PKC GROUP LITHUANIA UAB – SPAR	Comercial	(i)	•	1
MS1018 - MGWL INDIA	Comercial		-	5
MS1002 - MOTHERSON SUMI SYSTEMS LTD	Comercial	(i)	60	-
MS1025 - MOTHERSON SUMI SYSTEMS LTD	Comercial	(i)	5	-
MS1004 - MOTHERSON SUMI SYSTEMS LTD SBU	Comercial	(i)	2	-
MS 1041 - MSSL SBU1A	Comercial	(i)	14	-
Total receita	Comerciai	(i)	22	
Total receita		15	897	405
PKC EESTI	Comercial	(i)	46 464	44.044
PKC POLAND		(i)	16.161	11.211
PKC SEGU	Comercial	(i)	1.251	106
AEES INC	Comercial	(i)	10.021	583
Total custo	Comercial	(i)	178	
i otal custo			27.611	11.900

As transações comerciais entre as partes relacionadas referem-se a compras e vendas de insumos e produtos e são conduzidas nas mesmas condições que as transações firmadas com terceiros não relacionados.

ii. Trata-se de aportes realizados pelo controlador PKC WIRING SYSTEMS OU para manutenção das operações da Empresa desde 2013. Os contratos são negociados em euro com juros anual médio de 7,45%a.a. Não existe um cronograma de pagamento definido, sendo eles feitos quando há um pedido do Controlador. Há planos desses aportes serem integralizados no capital social da Empresa futuramente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Período de quinze meses findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

11. Partes relacionadas -- Continuação

Remuneração da Administração

Durante o período de 01 de janeiro de 2019 até 31 de março de 2020 a Empresa reconheceu a título de remuneração global da diretoria o montante de R\$ 426 (R\$ 491 no exercício de 2018).

12. Arrendamentos a pagar

a) Composição

b)

Descrições - Unidades	Taxa anual	Vencimento	31/03/2020
Edificações	11,25%	2019 - 2022	2.442
Computadores	11,25%	2019 - 2021	137
Veículos	11,25%	2019 - 2022	490
Total		_	3.069
Passivo circulante			2.377
Passivo não circulante			692
Total		_	3.069
<u>Movimentação</u>			
Saldo em 31/12/2018		-	
(+) Adoção inicial - IFRS 16	/ CPC 06 (R2)	_	3.188
(-) Contraprestação			(484)
(+) Juros incorridos			365
Saldo no final do exercício		_	3.069

13. Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	31/03/2020	31/12/2018 Não auditado
IRPJ diferido sobre base de prejuízo fiscal	19.773	19.773
CSSL diferido sobre base de prejuízo fiscal	7.118	7.118
Diferenças temporárias	371	4.343
Outros	185	-
	27.447	31.234

Os tributos diferidos foram registrados em função das perspectivas prováveis de realização de acordo com o histórico e expectativa de realização das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal e base negativa de anos anteriores da Empresa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Período de quinze meses findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

13. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b. Reconciliação da taxa efetiva

Reconciliação alíquota efetiva

	31/12/2020	31/12/2018 Não auditado
Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social Alíquotas nominais	(7.549) 34%	(2.195) 34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	2.567	746
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Brindes, doações e multas	(62)	(63)
Bônus diretoria	(206)	(203)
Ajuste de preço de transferência	•	(133)
Compensação de prejuízo fiscal e BCN	(664)	(102)
Impostos diferidos não registrados	3.515	-
Outras (adições) exclusões permanentes líquidas	(27)	367
IRPJ e CSLL apurados	5.123	612
Correntes	1.336	118
Diferidos	3.787	494
IRPJ e CSLL no resultado	5.123	612

14. Provisão para litígios

A Empresa é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, tributária e trabalhista no curso normal de seus negócios.

A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos, análise de demandas judiciais pendentes constituiu provisões no montante total de R\$ 3.073 (R\$ 1.551 em 31 de dezembro de 2018), consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis das ações em curso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Período de quinze meses findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

14. Provisão para litígios--Continuação

Movimentação da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários:

	31/03/2020	31/12/2018 Não auditado
Saldo no início do exercício	1.551	_
Adições	2.019	1.551
Reversão/realização	(497)	-
Saldo no encerramento do exercício	3.073	1.551

Com base em parecer dos assessores jurídicos da Empresa, as ações com possibilidade possível de perda somam o montante de R\$ 43.148 (R\$ 36.976 em 31 de dezembro de 2018), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem uma contabilização.

	31/03/2020	31/12/2018 Não auditado
Tributárias	43.148	33.700
Trabalhistas	642	3.276
Total	43.790	36.976

Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados, classificados no grupo de ativo não circulante:

31/12/2018 31/03/2020 Não auditado		
553	736	
553	736	
	553	

Em 05 de outubro de 2018 foi ajuizada a Execução Fiscal pelo Estado do Paraná visando a cobrança de débitos de ICMS decorrentes da glosa de créditos presumidos extemporâneos supostamente indevidos do período de janeiro de 2006 à dezembro de 2008. Em síntese, a glosa dos créditos ocorreu pois o Estado do Paraná compreendeu que a operação da PKC estava abrangida pelo diferimento do imposto, enquanto estava abrangida pela suspensão do tributo estadual, hipótese em que o aproveitamento de créditos presumido é expressamente autorizado pela legislação estadual. Após a Empresa apresentar garantia bancária o juízo expressamente reconheceu a suspensão da execução fiscal em razão da Ação Anulatória autuada sob o n. 0002378-26.2018.8.16.0179. Assim, não há necessidade de apresentação de nova defesa sobre o mesmo tema. Atualmente, a Empresa foi informada de que a garantia fornecida foi definitivamente aceita (lavratura do termo de penhora). O valor da causa atualizada em 31 de março de 2020 é de R\$ 43.148 (R\$ 34.536 em 31 de dezembro de 2018.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Período de quinze meses findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

15. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Empresa corresponde a R\$ 325.443 em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro 2018, totalmente integralizado, está representado por quotas no valor de R\$ 1,00 cada. Abaixo descrevemos a composição (valores expressos em reais):

Número de quotas	Valor total das quotas	Percentual capital social
316.310.182	316.310.182	97,19%
9.132.885	9.132.885	2,81%
2	2	0,00%
325.443.069	325.443.069	100,00%
	quotas 316.310.182 9.132.885 2	quotas quotas 316.310.182 316.310.182 9.132.885 9.132.885 2 2

16. Receita operacional líquida

	Nota	31/03/2020	31/12/2018 Não auditado
Receita bruta			
Venda de mercadorias		596.632	369.289
Venda de ferramentais		17.276	1.992
Partes relacionadas	11	897	405
		614.805	371.686
Impostos sobre vendas			A 1
PIS e COFINS sobre vendas		(53.950)	(33.755)
ICMS sobre vendas		(71.738)	(43.825)
INSS sobre vendas		` :	(6.020)
Outros impostos sobre vendas		(665)	(580)
		(126.353)	(84.180)
Devoluções e abatimentos			
Devolução de vendas		(14.955)	(5.517)
		(14.955)	(5.517)
Receita líquida		473.497	281.989

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Período de quinze meses findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

17. Despesas por função e por natureza

	31/03/2020	31/12/2018 Não auditado
Custo das mercadorias vendidas	(387.072)	(229.771)
Despesas comerciais	(2.616)	(1.992)
Despesas gerais e administrativas	(69.671)	(39.572)
Outras receitas operacionais, líquidas	16.531	5.675
	(442.828)	(265.660)
Insumos produtivos e peças	(268.593)	(166.780)
Gastos com pessoal	(128.907)	(71.833)
Fretes	(15.060)	(9.911)
Depreciação e amortização	(22.032)	(5.348)
Aluguéis	(1.756)	(2.619)
Serviços prestados	(10.429)	(6.878)
Venda de bens	8.642	103
Baixa planta Itajubá	(5.455)	_
Baixa de provisão para perda não recuperável	5.455	_
Outras despesas	(4.693)	(2.394)
	(442.828)	(265.660)

18. Resultado financeiro líquido

	31/03/2020	31/12/2018 Não auditado
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	60	32
Rendimentos sobre aplicações financeiras	2	38
Juros recebidos	92	8
	154	78
Despesas financeiras		
Juros sobre mútuo	(6.408)	(5.992)
Juros sobre arrendamento	(365)	-
Encargos sobre antecipação de recebíveis	(4.436)	-
Outras despesas financeiras	(568)	(906)
	(11.777)	(6.898)
Variações cambiais, líquidas	(26.595)	(11.704)
Resultado financeiro líquido	(38.218)	(18.524)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Período de quinze meses findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

19. Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Empresa.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Contas a receber e outros recebíveis

A exposição da Empresa a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A Empresa registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes à 'Contas a receber e outros recebíveis'.

Caixa e equivalentes de caixa

A Empresa detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 53.612 em 31 de março de 2020 (R\$ 2.473 em 31 de dezembro 2018). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Empresa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Período de quinze meses findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e preços das commodities - irão afetar os ganhos da Empresa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Empresa derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

Risco cambial

A Empresa está exposta ao risco cambial decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas e empréstimos são denominados, e a respectiva moeda funcional da Empresa. A moeda funcional da Empresa é o Real (R\$). As moedas nas quais as transações da Empresa são primariamente denominadas são: R\$ e USD e EUR.

20. Cobertura de seguros

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

21. Eventos subsequentes

Devido os impactos locais e globais em função do Covid - 19 (Coronavírus), há incertezas em relação a economia no Brasil e no exterior. Até a presente data de emissão das demonstrações financeiras a Empresa vem monitorando e avaliando os possíveis impactos do Coronavírus no Brasil e no mundo, principalmente em relação as suas vendas diretas no país e a sua cadeia de suprimentos.

Até o momento, não há indícios de magnitude suficiente que possam comprometer a continuidade dos negócios no julgamento de sua Administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação Período de quinze meses findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

Curitiba - PR, 29 de jutho de 2020.

Luiz Cesar Wachtel Junior Gerente Financeiro

Elisa Lindemann dos Santos Contador CRC PR-077290/O-1